



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 10/18- Terça-feira, 16 de janeiro

A Crítica

Coluna Sim & Não - 03

Artigo: Um novo ano - 04

MPF quer condenação de Flávia Grosso - 05

Diário do Amazonas

MPF pede condenação de ex-superintendente da Suframa e mais cinco - 06

Em Tempo

MPF pede condenação de ex-titular da Suframa - 07

Jornal do Comercio

Capa - 08

Coluna Quem Disse - 09

Coluna Frente & Perfil - 10

Menos demissões não é retomada - 11



Um novo ano

Começamos o ano novo com antigos problemas e novos desafios que poderão se transformar em dificuldades ou soluções. Isso dependerá se as medidas de ajustes fiscais se concretizarão ou não. A aprovação da Reforma da Previdência será fundamental para dar um novo rumo ao País e motivar permissões de outras medidas importantes para organizar o Brasil. Não é justo que o cenário político continue a prejudicar e retardar as mudanças necessárias para o desenvolvimento e crescimento da economia. Na verdade, todos os estados têm o mesmo desafio de realizar o equilíbrio fiscal, ou

Paulo Takeuchi

Diretor da FIEAM
e-mail: paulo_takeuchi@fieam.org.br



seja, gastar menos que arrecada, assim como deveria ocorrer em qualquer empresa ou residência. Contudo, na prática, esta equação é difícil, pois existem fatores que não temos controle, como as despesas obrigatórias que acontecem no governo e em nossas vidas particulares. Neste contexto, o setor de Duas Rodas realizou ajustes

importantes para obter equilíbrio econômico. As indústrias e toda cadeia produtiva tiveram que optar por ações drásticas com objetivo de reduzir custos e despesas para sobreviver e buscar a recuperação gradativa do mercado. As fabricantes encerraram 2017 com produção ligeiramente menor que o ano anterior e projetam para o ano de 2018 um crescimento de 5%. A expectativa ainda é modesta, mas, ao menos, reverte a curva descendente que vinham enfrentando há aproximadamente seis anos. O caminho para a recuperação será longo e levará mais tempo que gostaríamos, porém,

deverá ser mais consistente e sustentável, pois adquirimos experiências com situações que esperamos não mais se repetir. Precisamos olhar para o futuro e construir uma política industrial condizente com o setor e o PIM (Polo Industrial de Manaus). A política industrial a ser elaborada terá que contemplar uma revisão do conceito do PPB (Processo Produtivo Básico), tanto para fornecedores de componentes como para as montadoras. Além disso, será preciso eliminar burocracias e diminuir os gargalos logísticos que afetam diretamente a competitividade de nossas indústrias. Vamos trabalhar para elaborar um plano que

possamos buscar esta competitividade e não mediremos esforços para conquistar apoio necessário para que as medidas sejam implantadas. Paralelamente, contribuiremos como cidadãos que somos para que as reformas estruturais aconteçam. E a melhor contribuição para isso é manter ativo o senso crítico sobre o que julgamos ser justo. Além disso, devemos ficar atentos para identificar os políticos que não estão agindo em prol da construção de um Brasil melhor. Afinal, 2018 é ano de eleições. Um Feliz 2018, com muita saúde, paz e sabedoria!

IMPROBIDADE

MPF quer condenação de Flávia Grosso

O Ministério Público Federal (MPF) pediu a condenação de Flávia Skrobot Barbosa Grosso, ex-superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), e de outros cinco réus pela prática de improbidade administrativa, em alegações finais de ação ajuizada pelo órgão em 2011.

Como parte dos pedidos na manifestação final antes da sentença, o MPF requer também o ressarcimento no valor de R\$ 120 mil referentes à contratação irregular de serviços particulares de advocacia, pagos com dinheiro público, e a declaração da nulidade do contrato firmado pela Suframa com a Brasília Consultores Associados S/S.

Entre os demais réus estão Plínio Ivan Pessoa da Silva, ex-superintendente adjunto da Suframa; Fernando Nunes da Frota, ex-procurador-chefe da autarquia; e Eduardo Bonates Lima, que exercia a função de coordenador jurídico da Suframa à época. O MPF quer ainda a condenação dos sócios administradores da Brasília Consultores Associados Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Margarida Maria Queiroz Melo Fernandes, também pela prática de improbidade que resultou em enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública.

Para o MPF, Flávia Grosso causou dano ao erário ao autorizar o contrato n.º 49/2008 com a empresa Brasília Consultores Associados, uma vez que poderia utilizar-se da consultoria prestada pela própria Procuradoria Federal junto à autarquia.

MPF pede condenação de ex-superintendente da Suframa e mais cinco

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas pediu a condenação de Flávia Skrobot Barbosa Grosso, ex-superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), e de outros cinco réus pela prática de improbidade administrativa, em alegações finais de ação ajuizada pelo órgão em 2011. Como parte dos pedidos em sua manifestação final antes da

sentença, o MPF requer também o ressarcimento no valor de R\$ 120 mil referentes à contratação irregular de serviços particulares de advocacia, pagos com dinheiro público, e a declaração da nulidade do contrato firmado pela Suframa com a Brasília Consultores Associados S/S. Entre os demais réus estão Plínio Ivan Pessoa da Silva ex-superintendente-adjunto da Suframa, Fernando Nunes da Frota, ex-procurador-chefe da autarquia, e Eduardo Bonates Lima, que exercia a função de coordenador jurídico da Suframa à época. O MPF quer ainda a condenação dos sócios

administradores da Brasília Consultores Associados S/S, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Margarida Maria Queiroz Melo Fernandes, também pela prática de improbidade que resultou em enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública. Para o MPF, Grosso causou dano ao erário ao autorizar indevidamente, por dispensa de licitação, o contrato com a empresa Brasília Consultores Associados S/S, uma vez que poderia utilizar-se da consultoria da Procuradoria Federal junto à autarquia.

Reprodução



MPF pede condenação de ex-titular da Suframa

DIVULGAÇÃO



Entre os demais réus, há outras pessoas que tiveram cargos na Suframa

Órgão pede, ainda, ressarcimento de R\$ 120 mil aos cofres públicos, pagos de forma indevida para consultoria jurídica

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas pediu a condenação de Flávia Sikrobot Barbosa Grosso, ex-superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), e de outros cinco réus, pela prática de improbidade administrativa, em alegações finais de ação ajuizada pelo órgão em 2011.

Como parte dos pedidos em sua manifestação final antes da sentença, o MPF requer também o ressarcimento no valor de R\$ 120 mil referentes à contratação irregular de serviços particulares de advocacia, pagos com dinheiro público, e a de-

claração da nulidade do contrato firmado pela Suframa com a Brasília Consultores Associados S/S.

Entre os demais réus estão Plínio Ivan Pessoa Da Silva, ex-superintendente adjunto da Suframa; Fernando Nunes da Frota, ex-procurador-chefe da autarquia; e Eduardo Bonates Lima, que exercia a função de coordenador jurídico da Suframa à época. O MPF quer ainda a condenação dos sócios administradores da Brasília Consultores Associados, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Margarida Maria Queiroz Melo Fernandes, também pela prática de improbidade, que resultou em enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública.

Para o MPF, Flávia Grosso causou dano ao erário ao autorizar, indevidamente, por dispensa de licitação, o contrato n.º 49/2008 com a empresa Brasília Consultores Associados, uma vez que poderia utilizar-se da consultoria prestada pela própria Procuradoria Federal junto à autarquia, e ainda dificultou a apuração das irregularidades contra procuradores, defendendo-os indiretamente com a contratação do serviço de advocacia. No documento apresentado à Justiça, o MPF ressalta que houve desvio de finalidade na medida administrativa.

Polo Industrial demitiu menos em 2017



Foto: Wálter Mendes

O PIM (Polo Industrial de Manaus) fechou 2017 com uma redução de 31% no número de demissões de trabalhadores do setor frente a 2016. Segundo dados do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), de janeiro a dezembro foram 12,3 mil homologações enquanto em igual período do ano anterior, o índice chegou a 17,8 mil dispensas. As fábricas de eletroeletrônicos foram as mais afetadas no período.

De acordo com o relatório da

entidade, no primeiro semestre houve registro de 7,1 mil demissões contra 5,1 mil no segundo. O número representa uma queda de 28% no comparativo semestral.

Apesar dos indicadores positivos, o presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Amazonas), Wilson Périco, pede cautela ao analisar o resultado, uma vez que segundo ele, nos últimos anos o setor perdeu aproximadamente 45 mil empregos. Em 2014, o parque fabril contava com 127 mil trabalhadores.

Página A5

TESOURO

União honra dívida de R\$ 4,06 bilhões

Página A5



*O fato de reduzir as
demissões não representa
uma retomada de
crescimento, já que estamos
fazendo um comparativo com
um ano base ruim"*

Wilson Périco,
presidente do Cieam
Página A8



Problemas para Flávia Grosso

O Ministério Público Federal no Amazonas pediu a condenação da ex-superintendente da Zona Franca de Marias, Flávia Skrobot Barbosa Grosso; de Plínio Ivan Pessoa Da Silva, ex-superintendente adjunto; Fernando Nunes Da Frota, ex-procurador-chefe da autarquia; Eduardo Bonates Lima, que exercia a função de coordenador jurídico da Suframa e dos sócios administradores da Brasília Consultores Associados, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Margarida Maria Queiroz Melo Fernandes, pela prática de improbidade que resultou em enrique-

cimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública. A ação é de 2011 e requer o ressarcimento de R\$ 120 mil referentes à contratação irregular de serviços particulares de advocacia, pagos com dinheiro público, com dispensa de licitação. Os procuradores alegam que os servidores poderiam ter se utilizado da consultoria prestada pela própria Procuradoria Federal junto à autarquia e os acusam de dificultar a apuração das irregularidades na contratação da consultoria privada para a defesa de interesses pessoais.

VAI MUDAR

Ainda falando de Suframa, a partir do próximo sábado (20), entrará em vigor o novo Sistema de Cadastro do órgão. Com ele, o processo de cadastro, que antes passava por 15 abas e 180 campos no site da autarquia, será reduzido para seis abas e 50 campos de preenchimento. Informações como essas serão detalhadas nesta quarta-feira (17), a partir das 14h30, no auditório da sede da autarquia, onde haverá um treinamento sobre o Cadsuf para representantes das entidades do setor empresarial e de indústrias do Polo Industrial de Manaus.

ACORDO

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) está destacando um novo acordo de complementação econômica do Mercosul com a Colômbia. Além de zerar alíquotas de importação, o documento prevê a concessão de 100% de preferência para veículos dos dois países, com cotas anuais crescentes. No primeiro ano, serão 12 mil unidades, no segundo, 25 mil, no terceiro, 50 mil.



Desde o fim dos convênios com a Suframa e Infraero, a Fucapi vem acumulando dívidas de ordem trabalhista, salários atrasados, dívidas com o fisco municipal e responde a uma Ação Civil Pública no Ministério Público Federal. A instituição está sem fluxo de caixa, com dívidas que, somadas, hoje, superam R\$ 100 milhões”

Kátia Maria Araújo de Oliveira, Promotora de Justiça

Números de demissões da indústria amazonense em 2017 caiu 31% frente ao ano anterior

Menos demissões não é retomada

HELLEN MIRANDA
hmiranda@jcam.com.br

O PIM (Polo Industrial de Manaus) fechou 2017 com uma redução de 31% no número de demissões de trabalhadores do setor frente a 2016. Segundo dados do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), de janeiro a dezembro foram 12,3 mil homologações enquanto em igual período do ano anterior, o índice chegou a 17,8 mil dispensas. As fábricas de eletroeletrônicos foram as mais afetadas no período.

De acordo com o relatório da entidade, no primeiro semestre houve registro de 7,1 mil demissões contra 5,1 mil no segundo. O número representa uma queda de 28% no comparativo semestral. Apesar dos indicadores positivos, o presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Amazonas), Wilson Périco, pede cautela ao analisar o resultado, uma vez que segundo ele, nos últimos anos o setor perdeu aproximadamente 45

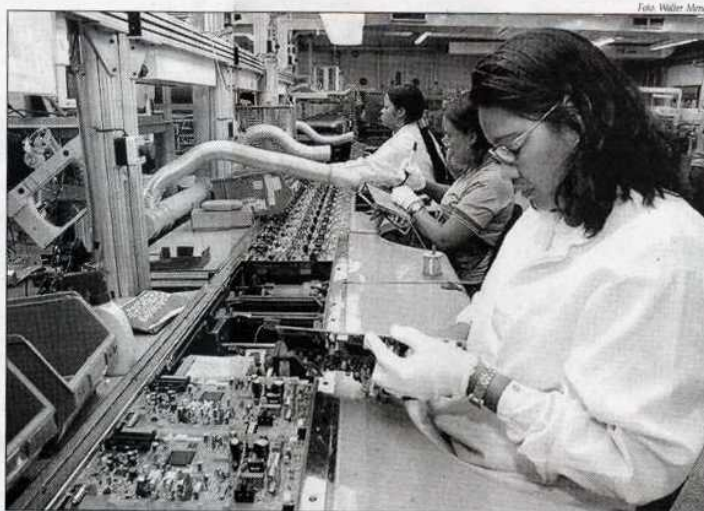
mil empregos. Em 2014, o parque fabril contava com 127 mil trabalhadores.

Na avaliação de Périco, não se pode falar em uma retomada e as empresas ainda trabalham com capacidade limite de trabalhadores. "Temos que manter o pé no chão porque os empregos do setor vem diminuindo e isso é preocupante. O fato de reduzir as demissões não representa uma retomada de crescimento, já que estamos fazendo um comparativo com um ano base ruim", afirma.

Segundo o Sindmetal, de janeiro a dezembro de 2017 houve registro de 12.302 demissões no PIM contra 17.837

desligamentos em 2016, uma queda de 31%. A Samsung da Amazônia foi a empresa que mais demitiu funcionários no período. Ao todo, foram 990 trabalhadores dispensados pela multinacional no pátio industrial.

Em seguida aparecem Salcomp da Amazônia (763), Moto Honda da Amazônia (738), Robertshaw (474), Flex (469), Whirlpool (396), Jabil do Brasil



Eletroeletrônico foi o setor mais afetado no período liderando o ranking de demissões

(306), Cal Comp (286), LG do Brasil (302) e Evadin (152).

O relatório do sindicato ainda apontou, que janeiro registrou o menor volume com 637 desligamentos, sendo 215 mulheres e 422 homens. Em fevereiro as demissões chegaram a 1.438 pessoas e março esse número subiu para 1.711 trabalhadores. No quarto mês do ano foram 1.165 rescisões, 1.470 em maio e 757 em junho. No total, o primeiro semestre registrou 7.178 mil desligamentos.

Em julho as demissões caíram pela segunda vez no ano, com 687 dispensas e agosto esse número saltou para 1.234 trabalhadores. No nono mês houve (914), depois outubro (789), novembro (842) e dezembro (658). Já o segundo semestre totalizou 5.124 vagas encerradas.

Quanto às expectativas para este ano, o empresário diz ser preciso aguardar os desdobramentos políticos e econômicos do país para projetar melhor desempenho da indústria do

Amazonas. "Isso porque temos alguns fatores que não dominamos, além de ser ano de eleição e Copa do Mundo que influenciam no cenário econômico. Mantemos o otimismo, mas temos que esperar", frisa o presidente do Cieam.

Indicadores da Suframa

Segundo os dados mais recentes das empresas incentivadas do PIM, a mão de obra do polo em outubro de 2017 totalizou 88.017 trabalhadores,

entre efetivos, temporários e terceirizados. O número é 0,69% maior do que setembro (87.411). Apesar de ser o melhor índice do ano, a média acumulada do ano (85.695) é 0,64% menor que o registrado em igual período de 2016, quando o pátio industrial contava com 86.161 trabalhadores.

Conforme os indicadores, até o outubro ocorreram 22.526 admissões e 20.846 demissões, com saldo positivo de 1.680 vagas ocupadas no PIM, o melhor dos últimos quatro anos.

Saldo positivo

De acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em novembro o saldo de trabalhos formais no Amazonas ficou positivo com um ganho de 395 vagas e variação de 0,10% em relação ao mês anterior. O setor que impulsionou o bom resultado foi o comércio com a abertura de 1,5 empregos, aquecido pelas vendas de fim de ano. No total houve 9.533 contratações contra 9.138 desligamentos nesse período em todo o Estado. De janeiro a novembro foram criados 123.159 novos postos de trabalho e 121.416 demissões, com saldo de 1.743 empregos. A expansão é de 0,43% em relação a 2016. Apenas nos últimos 12 meses, o número de vagas encerradas chegaram a 2.521 ou retração de 0,61%.